

OIT

Para muitas crianças, adolescentes e suas famílias, a crise da COVID-19 pode acarretar uma educação interrompida, doenças, a potencial perda de renda familiar e até o trabalho infantil. A pandemia coloca substancialmente em risco a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no mundo inteiro.

O trabalho infantil é uma gravíssima violação dos direitos humanos. A pobreza e a desigualdade social fazem com que os filhos e as filhas de famílias mais pobres tenham poucas oportunidades de escolha e desenvolvimento na infância e adolescência. Ao atingirem a vida adulta, tornam-se, majoritariamente, trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação, ficando sujeitos a menores salários e vulneráveis a empregos em condições degradantes, perpetuando, assim, um círculo vicioso de pobreza.

Dados da OIT mostram que, em 2016, 152 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam envolvidos no trabalho infantil globalmente, sendo que quase metade deles, ou 73 milhões, estavam em trabalho infantil perigoso. Desses 152 milhões, os meninos são os mais afetados (58%). Mas existe a possibilidade desses números estarem subestimados, já que as meninas estão, muitas vezes, envolvidas em trabalhos invisíveis, como o trabalho doméstico e a exploração sexual.

Apesar dos avanços na luta contra o trabalho infantil alcançados pelo Brasil nas últimas décadas, existiam 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos ocupados no país em 2016, segundo a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desse total, a maior concentração de trabalho infantil está na faixa etária de 14 a 17 anos, com quase 2 milhões de adolescentes (80%). O número de meninos que trabalham (1,6 milhão) é quase o dobro do de meninas (840 mil), mas esses números também podem estar subestimados. No Brasil, é crucial ressaltar que o trabalho infantil tem um componente racial presente: o número de crianças e adolescentes negros que trabalham (1,38 milhão, ou 57,5%) excede o número de não-negros (1,01 milhão, ou 42%). Assim, combater o trabalho infantil é também combater o racismo em todas as suas formas.

Com a pandemia de COVID-19, muitas crianças em trabalho infantil correm um risco ainda maior de agravar sua situação, sendo submetidas a formas de trabalho perigosas ou a trabalhar mais horas. A crise também pode levar milhões de crianças vulneráveis ao trabalho infantil, como forma de contribuir para a renda familiar. As meninas correm,

particularmente, o risco de realizar trabalho doméstico ou de cuidados, e, provavelmente, estão mais expostas a acidentes e abuso físico ou sexual. Ademais, a suspensão das aulas e falta de acesso à educação a distância, em muitos países, pode catalisar o aumento do trabalho infantil.

RECOMENDAÇÕES OIT:

- ações fortes nos níveis global, regional, nacional e comunitário, baseadas nas convenções e recomendações da OIT e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.
- diálogo social, para promover medidas urgentes e específicas que ajudem empresas, trabalhadoras e trabalhadores na economia formal e informal (fomentando sua formalização), e outras pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- aumentar a mobilização e atenção sobre a importância da prevenção do trabalho infantil
- estabelecer programas de apoio às empresas para garantir a continuidade dos negócios, gerar oportunidades de trabalho protegido para adolescentes em idade permitida para o trabalho
- combater o racismo e outras formas de preconceitos, fortalecer a fiscalização do trabalho para coibir o trabalho infantil
- trabalhar com a área de educação para garantir a volta segura à escola, quando possível, e construir um sistema de proteção social que atenda toda a população, considerando a sua grande diversidade.

As piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual, que afeta principalmente as meninas, geralmente aumentam quando as oportunidades de emprego e a renda familiar diminuem. Assim, a luta contra o trabalho infantil exige ações fortes nos níveis global, regional, nacional e comunitário, baseadas nas convenções e recomendações da OIT e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Governos, organizações de trabalhadores e de empregadores, organismos internacionais e a sociedade buscam entender os efeitos da pandemia de COVID-19 e a forma mais segura de proteger a população e reativar as economias. É hora de trabalharmos juntos e juntas, por meio do diálogo social, para promover medidas urgentes e específicas que ajudem empresas, trabalhadoras e trabalhadores na economia formal e informal (fomentando sua formalização), e outras pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, os impactos diferenciados da crise sobre crianças e adolescentes devem estar entre as prioridades das políticas públicas em resposta à pandemia.

É fundamental aumentar a mobilização e atenção sobre a importância da prevenção do trabalho infantil, estabelecer programas de apoio às empresas para garantir a continuidade dos negócios, gerar oportunidades de trabalho protegido para adolescentes em idade permitida para o trabalho, combater o racismo e outras formas de preconceitos, fortalecer a fiscalização do trabalho para coibir o trabalho infantil, trabalhar com a área de educação para garantir a volta segura à escola, quando possível, e construir um sistema de proteção social que atenda toda a população, considerando a sua grande diversidade.

O ano de 2021 será o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. Temos diante de nós o desafio e a oportunidade de realizar uma ação concertada para, de fato, acabar com essa prática em todas as suas formas até 2025. Não podemos deixar ninguém para trás.

Fonte: https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_748018/lang--pt/index.htm

Pontos mais problemáticos em consequência a pandemia:

Suspensão das aulas:

Fome devido a falta de merenda escolar - consequência: necessidade de ir atrás de uma solução, trabalhando.

Impossibilidade de aprendizagem devido às diferenças sociais - consequência: desequilíbrio, nem todos possuem acesso a tecnologia, muito menos um “tutor” disponível em casa para lhe prestar auxílio.

Aumento de abuso em casa:

Violência contra as crianças de todas as formas: física, sexual e psicológica. Tudo isso pode ser agravado levando em consideração o isolamento social.

Órfãos da pandemia:

“Devem aumentar a negligência, o abandono, a violência em geral e a orfandade. A maioria das famílias no Brasil são mantidas por mulheres e idosos. Com os falecimentos de pais, mães, avós e avôs, e responsáveis legais, teremos uma geração de órfãos da pandemia,

que se não forem acolhidos por parentes, vizinhos, padrinhos, precisarão ir para abrigos públicos, ou irão para as ruas, e possivelmente, alguns podem se envolver com drogas.

Notícias atuais sobre o tema:

A pandemia de COVID-19 traz, como efeito secundário, o risco de aumento do trabalho infantil no Brasil. Com as escolas fechadas para prevenir a transmissão do vírus e a pobreza se acentuando, o trabalho pode parecer, equivocadamente, uma forma das crianças ajudarem suas famílias.

Mas ele impacta o desenvolvimento físico e emocional das crianças e pode impedir a continuidade da educação, reproduzindo ciclos de pobreza nas famílias – além de ser porta de entrada para uma série de outras violações de direitos, como a violência sexual. O alerta é do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

UNICEF e OIT alertam sobre trabalho infantil no mundo

Assim como no Brasil, o risco de aumento do trabalho infantil tem gerado alertas em outros países. De acordo com o relatório [“COVID-19 and Child Labour: A Time Of Crisis, A Time to Act”](#), lançado nesta sexta-feira (12) por UNICEF e Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de crianças em situação de trabalho infantil diminuiu em 94 milhões no mundo desde 2000.

Essa melhoria, agora, pode estar ameaçada. Além disso, crianças que já trabalham podem ter que trabalhar mais ou em piores condições. Segundo os últimos dados da OIT, 152 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil em 2016.

“À medida que a pobreza aumenta, as escolas fecham e a disponibilidade de serviços sociais diminui, mais crianças são obrigadas a trabalhar. Quando imaginamos o mundo após COVID-19, devemos garantir que as crianças e suas famílias tenham as ferramentas necessárias para enfrentar tempestades semelhantes no futuro. Educação de qualidade, serviços de proteção social e melhores oportunidades econômicas podem mudar as coisas”, afirma Henrietta Fore, diretora-executiva do UNICEF.

O relatório propõe um conjunto de medidas destinadas a mitigar o risco de aumento do trabalho infantil, incluindo a expansão da proteção social, facilitação de crédito para famílias em situação de pobreza, promoção de trabalho decente para adultos, garantia do retorno de crianças e adolescentes à escola sem custos e ampliação da fiscalização da aplicação de leis voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil em cada país.

Fonte:

<https://nacoesunidas.org/unicef-trabalho-infantil-na-pandemia-pode-impedir-retorno-de-criancas-a-escola/>

-

PREVENÇÃO PARA QUEM?

Mesmo para as crianças em estado de vulnerabilidade que ficam em casa, outros riscos podem se apresentar. Estela Scandola, doutora em Serviço Social, pesquisadora da Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul e integrante da rede feminista de saúde, lembra que os adultos também estarão em casa e que a quarentena do coronavírus deflagra as violações que não foram pensadas de forma global nas políticas públicas, atendendo crianças e adolescentes em todas as suas necessidades. “É um momento crítico e isso ficará mais evidente com a impossibilidade de ir à escola e sair de casa. Muitas famílias não têm o que comer. Em outras, as relações familiares são inexistentes e assim por diante”, afirma.

Um dos equívocos da gestão pública, segundo Estela Scandola, é fazer medidas para o coronavírus como se a doença existisse em si mesma, sem pensar nas demais problemáticas vivenciadas na sociedade. “Como pensar o coronavírus e o isolamento social em famílias que vivem grandes aglomerados na mesma casa? Ou quando as crianças têm a sua principal refeição a merenda escolar? Quando o único meio de se locomover é o transporte público para buscar apoio na saúde? É preciso pensar o coronavírus não do ponto de vista de como resolvê-lo, mas como fazer seu enfrentamento com diferentes realidades sociais que não podem ser desconsideradas”, avalia.

ESCOLAS FECHADAS

Cerca de 9 milhões de crianças estão sem acesso à merenda escolar após o fechamento das escolas para conter o novo coronavírus, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Com a interrupção das aulas, estes alunos deixaram de ter alimentos em seus estabelecimentos de ensino. Esse número deverá aumentar nos próximos dias e semanas com a onda de suspensões, segundo o Programa Mundial de Alimentação (PMA) da ONU. De acordo com a entidade, essas medidas têm implicações enormes não somente no aprendizado das crianças, mas também em vários aspectos importantes de suas vidas.

ENSINO A DISTÂNCIA

Há famílias que possuem o quarto das crianças e podem fazer as atividades escolares e de brincadeiras lá, e outras em que vivem amontoadas em um único cômodo, onde fica o quarto, a sala, a cozinha e o espaço para os animais domésticos. “No Brasil, o corona vai

afetar o direito das crianças de diferentes formas. Isso depende bastante das condições materiais que as famílias têm. Não tem como considerar a mesma realidade para alguém que mora numa casa com duas crianças e outra que mora com seis crianças e muitas vezes outros agregados”, ressalta.

Além disso, a escola auxilia que os pais possam ter horários para trabalhar. Na realidade brasileira, em que classe média e alta não abrem mão dos seus empregados domésticos e muitas pessoas dependem das diárias para sobreviver, ou fica ameaçada a subsistência ou o isolamento social, avalia. “Vivemos realidade de completa precarização das condições domésticas de subsistência”.

PERIGO EM CASA

No caso do isolamento, as famílias terão que conviver ainda com uma série de privações. Além da própria alimentação, a mais grave, terão de lidar com contas não pagas, falta de produtos de limpeza, entre outras. “Há um estresse de uma realidade de não possibilidade de manutenção doméstica; um estresse causado pela energia dessas crianças que não está sendo gasta (elas não estão saindo para brincar e estão dentro de casa em lugares com uma casa muito próxima da outra). Como conter tudo isso em ambiente de ansiedade, de doença e de falta de condições sociais?”.

Souza Jr. reforça que o trabalho infantil deve crescer em meio à crise, uma vez que vão ser encontradas novas formas de conseguir dinheiro. “A utilização de crianças e adolescentes como forma dessa captação vai ser de grande valia nesse momento para algumas famílias”

TRÁFICO

Outra modalidade de trabalho infantil, o tráfico, considerada uma das piores formas, também deve aumentar, prevê Aline, uma vez que boa parte da classe média que faz uso de substâncias psicoativas vai procurar mais as drogas para passar por esse momento. “São reflexões, o impacto real será medido depois”, pondera.

Ela considera que identificar essas violações vai ficar mais difícil nesse período. “As crianças estão fora da escola, agentes de saúde não podem ir nas casas por conta do isolamento. Casos de violência ficam em segundo plano em relação ao coronavírus já que a saúde básica mal vai dar conta dos casos do vírus”, analisa.

Há ainda uma preocupação da psicóloga social não apenas com a violência da família contra a criança, mas do Estado contra a criança. “São situações como a fome. Se o trabalhador informal não conseguir trabalhar, essa família vai passar fome, uma vez que não há plano eficaz do governo para as famílias mais vulneráveis. O Estado precisa garantir direitos básicos para crianças e adolescentes”, ressalta.

Fonte:

<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/como-a-quarentena-do-coronavirus-afeta-os-direitos-das-criancas-e-adolescentes/>

-

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima em 152 milhões de crianças do planeta trabalhando atualmente, número que vinha sendo reduzido, mas que mostra agora tendência de aumentar. Para muitas famílias, a crise representa a perda da renda familiar, a interrupção da educação e o fim de um dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes: o de não se obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver.

[Relatório](#) divulgado em maio pelo Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos (MMFDH) mostra que, das 159 mil denúncias de violações feitas ao Disque Direitos Humanos, 86,8 mil tinham como vítimas crianças e adolescentes. Desse total, 4.245 são referentes a trabalho infantil. O número, 14% maior que o registrado no ano anterior, tende a crescer muito mais neste ano devido à falta de políticas governamentais que garantam renda para as famílias mais vulneráveis enfrentar a pandemia.

Acidentes

Os acidentes de trabalho são outra face cruel dessa forma de violação que rouba a infância, a adolescência e muitas vezes a própria vida. Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), mais de 46 mil crianças e adolescentes sofreram acidentes de trabalho e agravos à saúde nos últimos 12 anos em todo o país.

Fonte:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/06/pandemia-tende-a-ampliar-trabalho-infantil-mundo/>